



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2018.0000613480

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0017306-39.2011.8.26.0602, da Comarca de Sorocaba, em que é apelante ANTONIO AUGUSTO CAZELATO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

ACORDAM, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CAMPOS PETRONI (Presidente sem voto), DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT E MOURÃO NETO.

São Paulo, 14 de agosto de 2018.

ANA CATARINA STRAUCH

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação nº 0017306-39.2011.8.26.0602

Apelante: Antonio Augusto Cazelato

Apelado: Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A

Comarca: Sorocaba

Voto nº 10034

APELAÇÃO – AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DE VIDA – INVALIDEZ PARCIAL – ACIDENTE DE TRÂNSITO- Pagamento realizado pela seguradora no âmbito administrativo- Cobrança da diferença- Laudo do Instituto Médico Legal- Conclusão: Lesão de natureza gravíssima, pela deformidade da perna direita- Perícia realizada por médico da seguradora- Conclusão: perda de 50% da função do joelho direito, bem como do quadril direito- Capital segurado R\$17.831,38- Pagamento realizado no valor de R\$3.566,28 compreendendo o percentual da Tabela da SUSEP (20% para cada membro)- Cobrança da diferença- Laudo pericial realizado pelo IMESC- Conclusão: Não há deformidade permanente- Não há percentual estimado de incapacidade “específico”- Sentença de improcedência da ação- Sentença mantida – RECURSO DESPROVIDO

Vistos,

Cuidam os autos de Ação de cobrança, que o autor, ANTONIO AUGUSTO CAZELATO, promove em face da Seguradora Santander, em decorrência de acidente de trânsito, sofrido em 19.11.2006, conforme Boletim de Ocorrência e Laudo do Instituto de Criminalística, carreados. (fls.05/09 e 15).

Informe que era segurado da requerida, comunicou o sinistro, e que, após analisar a documentação, recebeu o valor de R\$3.566,28 (fls.20). Todavia entende que há diferença de valor a receber, considerando o capital segurado, no valor de R\$17.831,38.

Contestação ofertada (fls.25/410). Réplica (fls.136/139). Laudo Pericial (fls.153/156).

Sentença julgando improcedente a ação (fls.170/173), fundamentada em conformidade com as Conclusões do Laudo pericial.

Insurgência recursal do autor (fls.204/207), argumentando que: (i) a seguradora reconheceu a debilidade da marcha(50% de perda da função do joelho e quadril);(ii) O Laudo do Instituto Médico Legal, concluiu pela deformidade permanente da perna direita;(iii) o Laudo pericial, informa que há marcha



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

claudicante, encurtamento de passo e locomoção com o auxílio de bengala. Postula a reforma da r. sentença, para obter o pagamento do valor de R\$14.265,10.

Contrarrazões (fls.210/213).

É o Relatório.

De início, vale ressaltar que o presente recurso foi interposto ainda sob a égide do CPC de 1973.

Deste modo, em virtude das regras de direito intertemporal, além, ainda, da orientação advinda do C. STJ¹, este apelo será analisado à luz do antigo diploma processual.

Sem Preliminares, passo ao Julgamento do mérito.

Não merece guarida o recurso do autor.

De proêmio, destaco que, o autor postula na verdade, a diferença entre o valor recebido e o capital segurado.

Ocorre que, o capital segurado é o valor máximo contratado na apólice, para os casos de invalidez por acidente. Mas isso não quer dizer que, necessariamente seja este o total do valor da indenização devida.

Constatada a invalidez, a indenização deverá ser paga, em conformidade com o grau do dano patrimonial físico apurado e, previsto na Tabela da SUSEP.

Segundo consta, a perda parcial de movimentação do joelho corresponde a 50% e, a perda de movimentação do quadril a outros 50%. Incidirá, sobre a importância segurada no valor de R\$17.831,38, 20% (vinte por cento), conforme Tabela, para perda parcial de movimento, joelho e gradil.

Nesta senda, pago o valor devido, a improcedência da ação, era mesmo de rigor, razão pela qual, ratifico-a nos termos do art. 252 do RITJSP.

¹ Enunciado administrativo nº 02: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça”.*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Nos termos do art. 85, parágrafo 11 do CPC, majoro a verba honorária, em favor do patrono da seguradora, para o valor de R\$1.500,00, observada a gratuidade concedida ao apelante.

Ao exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**

ANA CATARINA STRAUCH

Relatora

(assinatura eletrônica)